



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



LICITAÇÃO: TERMO DE REFERÊNCIA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23104.026570/2022-81
TERMO DE REFERÊNCIA

EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 10.024/2019.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

Observadas principalmente, no que couber: Lei nº 8.666, de 1993, arts. 14 a 16; art. 40, §4º; art. 60; 62, §4º, e art. 73, II; Decreto nº 10.024, de 2019; Decreto nº 8.538, de 2015; Decreto nº 7.892, de 2013; Decreto nº 7.746, de 2012; Instrução Normativa Seges/ME nº 40, de 2020; Instrução Normativa Seges/ME n. 73, de 2020; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 2010; e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

PREGÃO ELETRÔNICO

1. DO OBJETO

1.1. *Aquisição com instalação de mobiliários de madeira plástica, como lixeiras, pergolados, bancos e mesas camping, que visam atender a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campus de Campo Grande e demais Campus do Interior, Instituto Federal de Ciência e Tecnologia - Campus de Campo Grande e do Interior, IFMS - Campus de Dourados, IFMS - Campus de Jardim, IFBAIANO - Campus de Governador Mangabeira, conforme formalização de demanda (SEI nº 3483508), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:*

Item	CATMAT	Descrição	Complemento	Unidade	QTDE		Valor Unitário	Valor total UFMS	Valor total UASG PARTICIPANTE	TOTAL GERAL
					UFMS	IFMS, RTR E CAMPUS				
1	603.374	BANCO, MATERIAL MADEIRA PLASTICA, COMPRIMENTO 1,50 M, ALTURA 0,70 M, ACABAMENTO MADEIRA	INSTALADO. Ecoplástico com encosto e assento na cor Marrom, com 1,50m de comprimento, largura total de 0,55m para 03 pessoas, parafuso em inox. Pé reforçado medindo 8,7 cm de largura. A madeira plástica empregada	UN	161	450	1.235,41	198.901,01	555.934,50	754.835,51

		PLÁSTICA ENCAPSULADA., COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA DA BASE EM PLÁSTICO REFORÇADO. TRATAMENTO, PROFUNDIDADE	na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC							
2	603.725	ESTRUTURA TELHADO PRE FABRICADO - MADEIRA, TIPO PERGOLADO, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTIFICADA, COMPRIMENTO 3 M, LARGURA 2,10 M, ALTURA 2,50 M, QUANTIDADE DE PILAR 4 UN, DIMENSÕES PILAR 9 X 9 CM, QUANTIDADE LONGARINAS 6 UN	INSTALADO. Confeccionado em madeira plástica, composta de 04 pilares de 9 x 9 cm com reforço interno e 06 longarinas der 9 x 9 cm. Medidas: 3,00 M comprimento, 2,10 m de largura e 2,50 M de altura. Cor Marrom. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	23	85	4.816,89	110.788,47	409.435,65	520.224,12
3	602.886	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES PRETA E CINZA, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO, COR PRETA, APLICAÇÃO RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS.	INSTALADO. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Preta. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Cinza - Resíduos não Recicláveis. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC. CONJUNTO COM 02 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO	UN	10	156	2.613,78	26.137,80	407.749,68	433.887,48
4	602.887	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES AZUL, MARROM, VERDE, AMARELO, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO, COR PRETA, APLICAÇÃO	INSTALADA. *A* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Azul- Papel. *B* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Marrom - Orgânico. *C* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Verde - Vidro. *D* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Amarelo - Metal. *E* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Vermelho - Plástico. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários	UN	10	110	6.025,61	60.256,10	662.817,10	723.073,20

			deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC CONJUNTO COM 5 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO							
5	602.914	MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, REVESTIMENTO TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, ESPESSURA 30 MM, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA COM PARAFUSOS EM AÇO INOX, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA,	INSTALADA. Confeccionada em madeira plástica cor marrom. Ecoplástico com bancos integrados de 2,20m de comprimento, demais medidas aproximadas, 5 tábuas 136x30x2200mm no tampo fixadas em base com 8 unidades de perfil 40x30x700mm, contém 2 tábuas 136x30x2200mm no assento esquerdo e 2 tábuas 136x30x2200mm no assento direito, com 4 pés nos cantos de 90x90mm 4 pés centrais 90x30mm. A sustentação dos bancos é feita por 8 tábuas 90x30x1440mm, que suporta no mínimo 580 kg distribuídos. Cor Ipê. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	100	185	3.968,63	396.863,00	734.196,55	1.131.059,55
ITEM	CATMAT	Descrição	Complemento	Unidade	QTDE IF BAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA UASG 154618		Valor Unitário	Valor total IF BAIANO		TOTAL GERAL
6	603.374	BANCO, MATERIAL MADEIRA PLASTICA, COMPRIMENTO 1,50 M, ALTURA 0,70 M, ACABAMENTO MADEIRA PLÁSTICA ENCAPSULADA., COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA DA BASE EM PLÁSTICO REFORÇADO. TRATAMEN T, PROFUNDIDADE	INSTALADO. Ecoplástico com encosto e assento na cor Marrom, com 1,50m de comprimento, largura total de 0,55m para 03 pessoas, parafuso em inox. Pé reforçado medindo 8,7 cm de largura. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC	UN	30		1.235,41	37.062,30		37.062,30
7	603.725	ESTRUTURA TELHADO PRE FABRICADO - MADEIRA, TIPO PERGOLADO, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTIFICADA, COMPRIMENTO 3 M, LARGURA 2,10 M, ALTURA 2,50 M, QUANTIDADE DE PILAR 4 UN, DIMENSÕES PILAR 9 X 9 CM, QUANTIDADE LONGARINAS 6 UN	INSTALADO. Confeccionado em madeira plástica, composta de 04 pilares de 9 x 9 cm com reforço interno e 06 longarinas der 9 x 9 cm. Medidas: 3,00 M comprimento, 2,10 m de largura e 2,50 M de altura. Cor Marrom. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	10		4.816,89	48.168,90		48.168,90
8	602.886	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES PRETA E CINZA, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ	INSTALADO. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Preta. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade	UN	5		2.613,78	13.068,90		13.068,90

		DE FERRO PARA FIXAÇÃO , COR PRET A, APLICAÇÃO RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS.	de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Cinza - Resíduos não Recicláveis. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.CONJUNTO COM 02 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO					
9	602.887	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES AZUL, MARROM, VERDE, AMAR E, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO , COR PRET A, APLICAÇÃO	INSTALADA. *A* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Azul- Papel. *B* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Marrom - Orgânico. *C* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Verde - Vidro. *D* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Amarelo - Metal. *E* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Vermelho - Plástico. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC CONJUNTO COM 5 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO	UN	5	6.025,61	30.128,05	30.128,05
10	602.914	MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, REVESTIMENTO TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, ESPESSURA 30 MM, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA COM PARAFUSOS EM AÇO INOX, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA,	INSTALADA. Confeccionada em madeira plástica cor marrom. Ecoplástico com bancos integrados de 2,20m de comprimento, demais medidas aproximadas, 5 tábuas 136x30x2200mm no tampo fixadas em base com 8 unidades de perfil 40x30x700mm, contém 2 tábuas 136x30x2200mm no assento esquerdo e 2 tábuas 136x30x2200mm no assento direito, com 4 pés nos cantos de 90x90mm 4 pés centrais 90x30mm. A sustentação dos bancos é feita por 8 tábuas 90x30x1440mm, que suporta no mínimo 580 kg distribuídos. Cor Ipê. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	5	3.968,63	19.843,15	19.843,15
ITEM	CATMAT	Descrição	Complemento	Unidade	QTDE IFMS CAMPUS JARDIM UASG 155850	Valor Unitário	Valor total IFMS - CAMPUS JARDIM	TOTAL GERAL

11	603.374	BANCO, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, COMPRIMENTO 1,50 M, ALTURA 0,70 M, ACABAMENTO MADEIRA PLÁSTICA ENCAPSULADA., COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA DA BASE EM PLÁSTICO REFORÇADO. TRATAMENTO, PROFUNDIDADE	INSTALADO. Ecoplástico com encosto e assento na cor Marrom, com 1,50m de comprimento, largura total de 0,55m para 03 pessoas, parafuso em inox. Pé reforçado medindo 8,7 cm de largura. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC	UN	40	1.235,41	49.416,40	49.416,40
12	603.725	ESTRUTURA TELHADO PRE FABRICADO - MADEIRA, TIPO PERGOLADO, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTIFICADA, COMPRIMENTO 3 M, LARGURA 2,10 M, ALTURA 2,50 M, QUANTIDADE DE PILAR 4 UN, DIMENSÕES PILAR 9 X 9 CM, QUANTIDADE LONGARINAS 6 UN	INSTALADO. Confeccionado em madeira plástica, composta de 04 pilares de 9 x 9 cm com reforço interno e 06 longarinas de 9 x 9 cm. Medidas: 3,00 M comprimento, 2,10 m de largura e 2,50 M de altura. Cor Marrom. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	20	4.816,89	96.337,80	96.337,80
13	602.886	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES PRETA E CINZA, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO, COR PRETA, APLICAÇÃO RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS.	INSTALADO. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Preta. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Cinza - Resíduos não Recicláveis. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC. CONJUNTO COM 02 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO	UN	10	2.613,78	26.137,80	26.137,80
14	602.887	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES AZUL, MARROM, VERDE, AMARELO, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO, COR PRETA, APLICAÇÃO	INSTALADA. *A* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Azul- Papel. *B* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Marrom - Orgânico. *C* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Verde - Vidro. *D* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Amarelo - Metal. *E* - Confeccionada em madeira	UN	10	6.025,61	60.256,10	60.256,10

			plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Vermelho - Plástico. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC CONJUNTO COM 5 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO					
15	602.914	MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, REVESTIMENTO TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, ESPESSURA 30 MM, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA COM PARAFUSOS EM AÇO INOX, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA,	INSTALADA. Confeccionada em madeira plástica cor marrom. Ecoplástico com bancos integrados de 2,20m de comprimento, demais medidas aproximadas, 5 tábuas 136x30x2200mm no tampo fixadas em base com 8 unidades de perfil 40x30x700mm, contém 2 tábuas 136x30x2200mm no assento esquerdo e 2 tábuas 136x30x2200mm no assento direito, com 4 pés nos cantos de 90x90mm 4 pés centrais 90x30mm. A sustentação dos bancos é feita por 8 tábuas 90x30x1440mm, que suporta no mínimo 580 kg distribuídos. Cor Ipê. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	30	3.968,63	119.058,90	119.058,90
ITEM	CATMAT	Descrição	Complemento	Unidade	QTDE IFMS CAMPUS DOURADOS UASG 155848	Valor Unitário	Valor total IFMS - CAMPUS DOURADOS	TOTAL GERAL
16	603.374	BANCO, MATERIAL MADEIRA PLASTICA, COMPRIMENTO 1,50 M, ALTURA 0,70 M, ACABAMENTO MADEIRA PLÁSTICA ENCAPSULADA., COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTRUTURA DA BASE EM PLÁSTICO REFORÇADO. TRATAMEN T, PROFUNDIDADE	INSTALADO. Ecoplástico com encosto e assento na cor Marrom, com 1,50m de comprimento, largura total de 0,55m para 03 pessoas, parafuso em inox. Pé reforçado medindo 8,7 cm de largura. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC	UN	30	1.235,41	37.062,30	37.062,30
17	603.725	ESTRUTURA TELHADO PRE FABRICADO - MADEIRA, TIPO PERGOLADO, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTIFICADA, COMPRIMENTO 3 M, LARGURA 2,10 M, ALTURA 2,50 M, QUANTIDADE DE PILAR 4 UN, DIMENSÕES PILAR 9 X 9 CM, QUANTIDADE LONGARINAS 6 UN	INSTALADO. Confeccionado em madeira plástica, composta de 04 pilares de 9 x 9 cm com reforço interno e 06 longarinas der 9 x 9 cm. Medidas: 3,00 M comprimento, 2,10 m de largura e 2,50 M de altura. Cor Marrom. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	6	4.816,89	28.901,34	28.901,34
18	602.886	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS	INSTALADO. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros,	UN	10	2.613,78	26.137,80	26.137,80

		BASCULANTES PRETA E CINZA, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO, COR PRETA, APLICAÇÃO RESÍDUOS NÃO RECICLÁVEIS.	diâmetro 50 cm. Tampa na cor Preta. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Cinza - Resíduos não Recicláveis. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC. CONJUNTO COM 02 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO					
19	602.887	LIXEIRA, MATERIAL MADEIRA PLÁSTICA, CAPACIDADE 94 LITROS L, TIPO COM TAMPAS BASCULANTES AZUL, MARROM, VERDE, AMARELO, COR MARROM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO, COR PRETA, APLICAÇÃO	INSTALADA. *A* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Azul- Papel. *B* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Marrom - Orgânico. *C* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Verde - Vidro. *D* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Amarelo - Metal. *E* - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Vermelho - Plástico. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC CONJUNTO COM 5 PEÇAS E PÉS PARA FIXAÇÃO	UN	20	6.025,61	120.512,20	120.512,20
20	602.914	MESA REFEITÓRIO, MATERIAL TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, REVESTIMENTO TAMPO MADEIRA PLÁSTICA, ESPESSURA 30 MM, MATERIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA COM PARAFUSOS EM AÇO INOX, ACABAMENTO SUPERFICIAL ESTRUTURA MADEIRA PLÁSTICA MACIÇA,	INSTALADA. Confeccionada em madeira plástica cor marrom. Ecoplástico com bancos integrados de 2,20m de comprimento, demais medidas aproximadas, 5 tábuas 136x30x2200mm no tampo fixadas em base com 8 unidades de perfil 40x30x700mm, contém 2 tábuas 136x30x2200mm no assento esquerdo e 2 tábuas 136x30x2200mm no assento direito, com 4 pés nos cantos de 90x90mm 4 pés centrais 90x30mm. A sustentação dos bancos é feita por 8 tábuas 90x30x1440mm, que suporta no mínimo 580 kg distribuídos. Cor Ipê. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.	UN	30	3.968,63	119.058,90	119.058,90
TOTAL GERAL ESTIMADO UFMS							792.946,38	

TOTAL GERAL ESTIMADO IFMS E CAMPUS EM COMUM	2.770.133,48	
TOTAL GERAL ESTIMADO IFBAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA	148.271,30	
TOTAL GERAL ESTIMADO IFMS CAMPUS DE JARDIM	351.207,00	
TOTAL GERAL ESTIMADO IFMS CAMPUS DE DOURADOS	331.672,54	
TOTAL GERAL ESTIMADO	4.394.230,70	

1.2. Atenção: **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE O ESPECIFICADO NO CÓDIGO CATMAT E A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR, PREVALECE A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.**

1.3. O detalhamento da pesquisa de preços encontra-se no ETP digital e planilha de comparação de preços (SEI nº 4199172 e 4302872), que farão parte do processo licitatório.

1.4. O quantitativo foi baseado nas necessidades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme levantamento realizado junto às unidades, processo 23104.026575/2022-11.

1.5. O prazo de vigência da ATA é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura. (Vedadas as prorrogações em ARP com 12 meses de validade).

1.6. Se houver contrato decorrente da ARP, este poderá ser prorrogável na forma do art. 57 § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.7. A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

1.8. Em obediência ao art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/1993 e art. 3º, XI, alínea "a.1", do Decreto nº 10.024/2019, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração:

1.8.1. As especificações foram retiradas do código CATMAT, e as descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

1.9. A presente licitação será por itens, obedecendo a regra deve ser que cada item seja adjudicado de forma individualizada, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

1.10. Em caso de haver órgãos participantes na IRP: O art. 6º do Decreto nº 7.892/13 preceitua que o órgão participante deve encaminhar ao órgão gerenciador sua estimativa de consumo, local de entrega do objeto, O ETP, e, quando couber, o cronograma de contratação. Também ressalta que deve realizar pesquisa de mercado quando incluir novos itens ou novas localidades de entrega, desde que o gerenciador aceite as inclusões.

1.11. Caberá ao órgão gerenciador, então, compilar as demandas envolvidas, os quantitativos mínimos por requisição e os máximos, os locais de entrega e prazos, entre outras informações, para sistematizar e harmonizar as disposições do Edital e Termo de Referência, e dispor os itens do objeto licitatório da forma mais adequada para a obtenção da melhor proposta para a Administração Pública.

1.12. A análise técnica para aceitação ou não dos itens enviados pela pretensa UASG Participante, considerará:

1.12.1. O funcionamento daquele mercado específico;

1.12.2. Ganho de economia de escala, com a conversão de objetos com descrição semelhante em um mesmo objeto;

1.12.3. Objetos idênticos para locais de entrega próximos devem ser somados num mesmo item licitatório, ou divididos em itens distintos;

1.12.4. Objetos idênticos para locais de entrega afastados deverão ser desdobrados;

1.12.5. Alterações na requisição mínima de algum item, por conta de demanda menor de algum órgão participante.

1.12.6. UASGS PARTICIPANTES:

154618 - IF BAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

158452 - IFMS - CAMPUS NOVA ANDRADINA

155850 - IFMS - CAMPUS JARDIM

158451 - IFMS - CAMPUS COXIM

158453 - IFMS - CAMPUS PONTA PORÃ

155848 - IFMS - CAMPUS DOURADOS

158454 - IFMS - CAMPUS TRÊS LAGOAS

158449 - IFMS - CAMPUS CAMPO GRANDE

158132 - IFMS - REITORIA

155849 - IFMS - CAMPUS NAVIRAÍ

158450 - IFMS - CAMPUS CORUMBÁ

158448 - IFMS - CAMPUS AQUIDAUANA

1.13. Motivação da Contratação:

1.13.1. Aquisição com instalação de mobiliários de madeira plástica, como lixeiras, pergolados, bancos e mesas camping, que visam atender a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul em Campo Grande /MS, a fim de aumentar o conforto da comunidade acadêmica nas áreas de convivência da Universidade, bem como substituir mobiliários que se encontram em grau elevado de desgaste.

1.14. Benefícios Diretos e Indiretos que resultarão da contratação:

1.14.1. Primeiramente, a substituição dos mobiliários antigos por novos em madeira plástica garantirá a melhoria da aparência dos espaços, proporcionando uma atmosfera mais agradável e convidativa. Além disso, os mobiliários de madeira plástica são mais fáceis de limpar e manter, reduzindo a necessidade de manutenção constante.

1.14.2. A aquisição desses mobiliários também promoverá a conscientização ambiental, uma vez que a madeira plástica é um material sustentável que contribui para a redução do desmatamento e a diminuição do acúmulo de resíduos plásticos. Dessa forma, o órgão demonstra seu compromisso com a preservação do meio ambiente e a adoção de práticas sustentáveis.

1.14.3. Em resumo, a necessidade de adquirir mobiliários de madeira plástica, como lixeiras, pergolados, bancos e mesas, decorre da identificação de problemas nos mobiliários existentes e da busca por soluções que promovam a segurança, conforto, durabilidade e sustentabilidade nos espaços utilizados pelo órgão. A contratação desses mobiliários visa alcançar uma melhor aparência dos espaços, facilidade de manutenção, conscientização ambiental e a adoção de práticas sustentáveis.

1.15. Conexão entre a contratação e o planejamento existente:

1.16. A aquisição de mobiliário de madeira plástica, incluindo lixeiras, pergolados, bancos e mesas, por meio do sistema de registro de preços, é justificada com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 (disponível em: <https://pdi.ufms.br/files/2020/03/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-2020-2024-UFMS.pdf>) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), bem como no Plano de Gestão de Logística Sustentável. Essa escolha se alinha de maneira consistente com os princípios de sustentabilidade, eficiência e responsabilidade institucional delineados nos documentos.

1.17. Como já citado, a madeira plástica é uma alternativa ecologicamente responsável para o mobiliário, pois é produzida a partir de resíduos plásticos reciclados, contribuindo para a redução do descarte inadequado de plásticos e a diminuição do consumo de recursos naturais, como a madeira natural. Essa abordagem está em total sintonia com os objetivos do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS, que visa minimizar os impactos ambientais e promover práticas sustentáveis na instituição.

1.18. A aquisição desse mobiliário não apenas fortalece a sustentabilidade, mas também contribui para a criação de espaços externos agradáveis e acolhedores na universidade. Os pergolados, bancos e mesas fabricados com madeira plástica proporcionam áreas de convívio e descanso para a comunidade acadêmica, promovendo uma atmosfera positiva e facilitando a interação entre os membros da universidade.

1.19. **Justificativa do Pregão**

1.19.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

1.19.2. Por se tratar de contratação de bem comum, nos termos do parágrafo único do art 1º da Lei 10.520/02, o certame licitatório será realizado na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, onde o critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

1.19.3. A modalidade de licitação ora escolhida confere maior celeridade ao processo e amplia o universo dos potenciais licitantes. Proporcionando maior satisfação do objeto pretendido.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A aquisição de mobiliários de madeira plástica, como lixeiras, pergolados, bancos e mesas, surge como uma necessidade para atender às demandas específicas da UFMS.

2.2. Identificou-se a necessidade de substituir os mobiliários antigos que se encontram desgastados e em estado precário de conservação. Essa situação gera diversos problemas, como a falta de segurança, desconforto para os usuários e uma estética prejudicada nos espaços utilizados. Além disso, os mobiliários atuais não são sustentáveis e não se alinham às diretrizes de preservação ambiental e sustentabilidade que são valorizadas atualmente.

2.3. Diante disso, a real necessidade é adquirir mobiliários de madeira plástica, que são fabricados a partir de materiais reciclados e possuem características que garantem maior durabilidade e resistência, mesmo em ambientes externos. Essa escolha contribuirá para a preservação do meio ambiente, pois os materiais utilizados na produção são provenientes de reciclagem de resíduos plásticos.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (4199172), apêndice deste Termo de Referência.

4. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019. Vide arts. 14 a 17 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS 5ª EDIÇÃO. Ex.: "Os critérios abaixo descritos estão embasados no "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/gncs_082022.pdf , bem como no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE) - Conforme e quando for o caso de aplicabilidade desse normativo para os itens em questão.

5.2. Cabe ressaltar ainda que a madeira plástica é uma alternativa ecologicamente responsável para o mobiliário, pois é produzida a partir de resíduos plásticos reciclados, contribuindo para a redução do descarte inadequado de plásticos e a diminuição do consumo de recursos naturais, como a madeira natural. Essa abordagem

está em total sintonia com os objetivos do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS, que visa minimizar os impactos ambientais e promover práticas sustentáveis na instituição.

5.3. Os Critérios de Sustentabilidade são os seguintes:

5.3.1. Produção:

5.3.1.1. Materiais- Produção com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento.

5.3.1.2. Modo de Produção: sem a utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

5.3.1.3. Uso: Produtos que economizam água e energia, produtos educativos que levam à conscientização ambiental.

5.3.1.4. Destinação Final: Produtos recicláveis, biodegradáveis, atóxicos, com possibilidade para o reuso, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.3.1.5. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.3.1.6. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

5.3.1.7. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.3.2. Nos termo do Decreto 7.746/2012, art. 4º, são diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

5.3.3. I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

5.3.4. II – preferência para materiais, tecnologias e matérias primas de origem local;

5.3.5. III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

5.3.6. IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

5.3.7. V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

5.3.8. VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

5.3.9. VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo máximo de entrega dos itens será de **60** (sessenta) dias a partir do envio da respectiva nota de empenho assinada pela UFMS.

6.2. Local de Entrega e Instalação, Horário e condições de recebimento:

6.2.1. Locais de entrega e instalação conforme tabela abaixo:

LOCAL DE ENTREGA	ENDEREÇO COMPLETO	DISTÂNCIA (EM KM) DE CAMPO GRANDE	ITEM A SER ENTREGUE	QUANTIDADE APROXIMADA A SER ENTREGUE
UFMS - CAMPUS DE CAMPO GRANDE	CIDADE UNIVERSITÁRIA - CAMPO GRANDE - END.: AV. COSTA E SILVA S/Nº - BAIRRO UNIVERSITÁRIO - CEP 79070-900	0,00 KM	1 - BANCO DE JARDIM	109
			2 - PERGOLADO	13
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	2

			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	4
			5 - MESA DE CAMPING	78
IFMS - CAMPUS DE CAMPO GRANDE	RUA JORNALISTA BELIZÁRIO LIMA, 236 - VILA GLÓRIA - CAMPO GRANDE - MS - CEP 79004-270 - FONE (67) 3378-9608 - E-MAIL: dirin@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	0,00 KM	1 - BANCO DE JARDIM	60
			2 - PERGOLADO	5
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	10
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	20
			5 - MESA DE CAMPING	15
IFMS - REITORIA - CAMPO GRANDE	RUA JORNALISTA BELIZÁRIO LIMA, 236 - VILA GLÓRIA - CAMPO GRANDE - MS - CEP 79004-270 - FONE (67) 3378-9501 - E-MAIL: dirin@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	0,00 KM	1 - BANCO DE JARDIM	10
			2 - PERGOLADO	0
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	5
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	5
			5 - MESA DE CAMPING	0
UFMS - CPTL - CAMPUS DE TRÊS LAGOAS	AV. CAPITÃO OLINTO MANCINI, 1662 - BAIRRO JARDIM PRIMAVERIL - TRÊS LAGOAS - MS - CEP 79600-080	328 KM	1 - BANCO DE JARDIM	5
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	1
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	3
			5 - MESA DE CAMPING	3
IFMS - CAMPUS DE TRÊS LAGOAS	RUA ANGELO MELÃO, 790 - BAIRRO JARDIM DAS PAINEIRAS - TRÊS LAGOAS - MS - CEP 79641-162 - FONE (67) 3509-9524 - E-MAIL: coads.tl@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	328 KM	1 - BANCO DE JARDIM	80
			2 - PERGOLADO	20
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	20
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	8
			5 - MESA DE CAMPING	30
UFMS - CPCS - CAMPUS DE CHAPADÃO DO SUL	ROD. MS 306 - KM 105 - CAIXA POSTAL 112 - CHAPADÃO DO SUL - MS - CEP 79560-000	340 KM	1 - BANCO DE JARDIM	10
			2 - PERGOLADO	2

			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	1
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	1
			5 - MESA DE CAMPING	2
UFMS - CPAR - CAMPUS DE PARANAÍBA	AV. PEDRO PEDROSSIAN, 725 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO - PARANAÍBA - MS - CEP 79500-000	409 KM	1 - BANCO DE JARDIM	2
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	1
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	1
			5 - MESA DE CAMPING	2
UFMS - CPNA - CAMPUS DE NOVA ANDRADINA	AV. ROSILENE LIMA OLIVEIRA, 64 - BAIRRO JARDIM UNIVERSITÁRIO - NOVA ANDRADINA - MS - CEP 79750-000	294 KM	1 - BANCO DE JARDIM	10
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	3
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	1
			5 - MESA DE CAMPING	5
IFMS - CAMPUS DE NOVA ANDRADINA	ROD. MS-473 - KM 23, S/Nº - FAZENDA SANTA BÁRBARA - NOVA ANDRADINA - MS - CEP 79750-000 - FONE (67) 2020-6700	294 KM	1 - BANCO DE JARDIM	20
			2 - PERGOLADO	4
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	31
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	10
			5 - MESA DE CAMPING	10
UFMS - CPAN - CAMPUS DO PANTANAL	AV. RIO BRANCO, 1270 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO - CORUMBÁ - MS - CEP 79304-902	432 KM	1 - BANCO DE JARDIM	5
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	1
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	0
			5 - MESA DE CAMPING	2

IFMS - CAMPUS DE CORUMBÁ	RUA PEDRO DE MEDEIROS, 941 - BAIRRO POPULAR VELHA - CORUMBÁ - MS - CEP 79310-110 - FONE (67) 2020-0200	432 KM	1 - BANCO DE JARDIM	40
			2 - PERGOLADO	10
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	15
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	5
			5 - MESA DE CAMPING	20
UFMS - CPAQ - CAMPUS DE AQUIDAUANA	RUA OSCAR TRINDADE DE BARROS, 740 - BAIRRO DA SERRARIA - AQUIDAUANA - MS - CEP 79200-000	145 KM	1 - BANCO DE JARDIM	5
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	0
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	0
			5 - MESA DE CAMPING	2
IFMS - CAMPUS DE AQUIDAUANA	RUA JOSÉ TADAO ARIMA, 222 - BAIRRO VILA YCARAÍ - AQUIDAUANA - MS - CEP 79200-000 - FONE (67) 3240-6351 - E-MAIL: coalp.aq@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	145 KM	1 - BANCO DE JARDIM	80
			2 - PERGOLADO	10
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	10
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	20
			5 - MESA DE CAMPING	30
UFMS - CPCX - CAMPUS DE COXIM	AV. MÁRCIO LIMA NANTES, S/Nº - COXIM - MS - CEP 79400-000	262 KM	1 - BANCO DE JARDIM	5
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	0
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	0
			5 - MESA DE CAMPING	2
IFMS - CAMPUS DE COXIM	RUA SALIME TANURE, S/Nº - BAIRRA SANTA TEREZA - COXIM - MS - CEP 79400-000 - FONE (67) 2020-6400	262 KM	1 - BANCO DE JARDIM	50
			2 - PERGOLADO	10
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	30
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	10

			5 - MESA DE CAMPING	30
UFMS - CPNV - CAMPUS DE NAVIRAÍ	ROD. MS 141 - KM 04 - SAÍDA PARA IVINHEMA - CAIXA POSTAL 103 - NAVIRAÍ - MS - CEP 79950-000	361 KM	1 - BANCO DE JARDIM	5
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	0
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	0
			5 - MESA DE CAMPING	2
IFMS - CAMPUS DE NAVIRAÍ	RUA HILDA, 203 - BAIRRO BOA VISTA - NAVIRAÍ - MS - CEP 79950-000 - FONE (67) 3409-2500 - E-MAIL: coalp.nv@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	361 KM	1 - BANCO DE JARDIM	30
			2 - PERGOLADO	6
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	15
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	12
UFMS - CPPP - CAMPUS DE PONTA PORÃ	ROD. BR 463 - KM 4,5 - RUA ITIBERÊ VIEIRA - BAIRRO RESIDENCIAL JULIA DE OLIVEIRA CARDINAL - PONTA PORÃ - MS - CEP 79900-000	313 KM	5 - MESA DE CAMPING	20
			1 - BANCO DE JARDIM	5
			2 - PERGOLADO	1
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	1
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	0
IFMS - CAMPUS DE PONTA PORÃ	ROD. BR 463 - KM 99, Nº 13600 - CAIXA POSTAL 287 - PONTA PORÃ - MS - CEP 79909-000 - DISTRITO DE SANGA PUITÃ - SAÍDA PARA DOURADOS - FONE (67) 3437-9600 - E-MAIL: coads.pp@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	313 KM	5 - MESA DE CAMPING	2
			1 - BANCO DE JARDIM	80
			2 - PERGOLADO	20
			3 - CONJ. 02 LIXEIRAS	20
			4 - CONJ. 05 LIXEIRAS	20
IFBA - GOVERNADOR MANGABEIRA	RUA WALDEMAR MASCARENHAS, S/Nº - BAIRRO PORTÃO - GOVERNADOR MANGABEIRA - BA - CEP 44350-000 - FONE (75) 98348-4875 - E-MAIL: daiana.mamona@ifbaiano.edu.br	2.265 KM	5 - MESA DE CAMPING	30
			6 - BANCO DE JARDIM	30
			7 - PERGOLADO	10
			8 - CONJ. 02 LIXEIRAS	5

			9 - CONJ. 05 LIXEIRAS	5
			10 - MESA DE CAMPING	5
IFMS - CAMPUS DE JARDIM	ROD. BR 060, S/Nº - BAIRRO BOA VISTA - JARDIM - MS - CEP 79240-000 - SAÍDA PARA BELA VISTA - FONE (67) 2020-6513 - E-MAIL: coalp.jd@ifms.edu.br - HORÁRIO: 08:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 17:00H	239 KM	11 - BANCO DE JARDIM	40
			12 - PERGOLADO	20
			13 - CONJ. 02 LIXEIRAS	10
			14 - CONJ. 05 LIXEIRAS	10
			15 - MESA DE CAMPING	30
IFMS - CAMPUS DE DOURADOS	RUA FILINTO MULLER, 1790 - BAIRRO JARDIM CANAÃ I - DOURADOS - MS - CEP 79833-520 - FONE (67) 3410-8502 - E-MAIL: coads.dr@ifms.edu.br - HORÁRIO: 07:00 ÀS 11:00 E DAS 13:00 ÀS 16:00H	229 KM	16 - BANCO DE JARDIM	30
			17 - PERGOLADO	6
			18 - CONJ. 02 LIXEIRAS	10
			19 - CONJ. 05 LIXEIRAS	20
			20 - MESA DE CAMPING	30

6.2.2. Horário UFMS e Campus: das 07h às 11h e das 13h às 17h, em dia útil. Os demais locais e horários estão na tabela acima.

6.2.2.1. A licitação é por menor preço por item e a Unidade requisitante é: DISERV/PROADI.

6.2.3. As montagens/instalações das lixeiras, pergolados, bancos e mesas deverão ser acompanhadas por profissional formalmente designado pela Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura.

6.2.4. Para participação nesta licitação a empresa licitante deverá apresentar responsável técnico. Esse responsável técnico deverá coordenar/acompanhar toda a instalação.

6.2.5. A instalação com fornecimento de material deverá ser acertada com a contratante o local e horário para instalação de acordo com as demandas apresentadas, considerando a instalação em no mínimo 90 (noventa) dias e no máximo 120 (cento e vinte) dias a contar da data de recebimento da Nota de Empenho pela Contratada.

6.2.6. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2.7. O objeto deverá ser entregue pela Contratada, rigorosamente conforme descrito na especificação, do Termo de Referência, conforme o quantitativo da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela contratante.

6.2.8. O servidor recebedor, limitar-se-á a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar na mesma a data de recebimento, se for o caso, as irregularidades observadas.

- 6.2.9. A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas em recebimento provisório.
- 6.2.10. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 6.2.11. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;
- 6.2.12. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.2.13. Caso satisfatórias as verificações, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor financeiro, para fins de pagamento.
- 6.2.14. Caso insatisfatórias as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação formal desta Administração.
- 6.2.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.2.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 6.2.17. Os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.2.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- 6.2.19. **Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.
- 6.2.20. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.
- 6.3. **REQUISITOS E DETALHAMENTO TÉCNICO DO OBJETO:**
- 6.3.1. **Item 1- Banco de Jardim** - Fornecimento de **BANCO DE JARDIM** de madeira plástica, instalado.
- 6.3.1.1. Características gerais: Ecoplástico com encosto e assento na cor Marrom, com 1,50m de comprimento, largura total de 0,55m para 03 pessoas, parafuso em inox. Pé reforçado medindo 8,7 cm de largura. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.
- Características de Instalação: Instalação e fixação nos locais determinados pelos gestores do contrato ou instrumento equivalente.

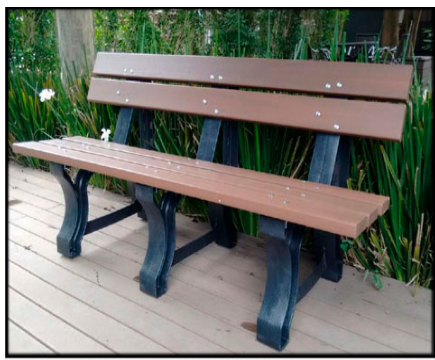


Imagem ilustrativa.

6.3.2. **Item 2 - Pergolado** - Fornecimento de **PERGOLADO** instalado.

6.3.2.1. Características gerais: Confeccionado em madeira plástica, composta de 04 pilares de 9 x 9 cm com reforço interno e 06 longarinas der 9 x 9 cm. Medidas: 3,00 M comprimento, 2,10 m de largura e 2,50 M de altura. Cor Marrom. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.

6.3.2.2. Características de Instalação: Instalação e fixação nos locais determinados pelos gestores do contrato ou instrumento equivalente.



Imagem ilustrativa.

6.3.3.

6.3.4. **Item 3 - Lixeira Ecológica** - Fornecimento de **CONJUNTO DE LIXEIRAS ECOLÓGICAS** COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO na cor Preta.

6.3.4.1. Características gerais: Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor **Preta**. Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor **Cinza** - Resíduos não Recicláveis. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.

6.3.4.2. Características de Instalação: Instalação e fixação nos locais determinados pelos gestores do contrato ou instrumento equivalente.



Imagem ilustrativa.

6.3.5. **Item 4 - Lixeira Ecológica** - Fornecimento de **CONJUNTO DE LIXEIRAS ECOLÓGICAS** COM SUPORTE E PÉ DE FERRO PARA FIXAÇÃO na cor Preta.

6.3.5.1. Características gerais: ***A*** - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Azul- Papel. ***B*** - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Marrom - Orgânico. ***C*** - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e

base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Verde - Vidro. ***D*** - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Amarelo - Metal. ***E*** - Confeccionada em madeira plástica cor marrom, tampa e base em plástico. Altura Total: 85 cm, altura sem a tampa 70 cm, capacidade de 94 litros, diâmetro 50 cm. Tampa na cor Vermelho - Plástico. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC

6.3.5.2. Características de Instalação: Instalação e fixação nos locais determinados pelos gestores do contrato ou instrumento equivalente.



Imagem ilustrativa.

6.3.6. **Item 5 - Mesa Camping** - Fornecimento de **MESA CAMPING** instalada.

6.3.6.1. Características gerais: Confeccionada em madeira plástica cor marrom. Ecoplástico com bancos integrados de 2,20m de comprimento, demais medidas aproximadas, 5 tábuas 136x30x2200mm no tampo fixadas em base com 8 unidades de perfil 40x30x700mm, contém 2 tábuas 136x30x2200mm no assento esquerdo e 2 tábuas 136x30x2200mm no assento direito, com 4 pés nos cantos de 90x90mm 4 pés centrais 90x30mm. A sustentação dos bancos é feita por 8 tábuas 90x30x1440mm, que suporta no mínimo 580 kg distribuídos. Cor Ipê. A madeira plástica empregada na confecção dos mobiliários deve conter, no mínimo, 90% de plástico reciclado, além de não conter materiais como: madeira, PET e PVC.

6.3.6.2. Características de Instalação: Instalação e fixação nos locais determinados pelos gestores do contrato ou instrumento equivalente.



Imagem ilustrativa.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 7.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
 - 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
-----------------	----------------------------------	--

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPC-A (ÍNDICE DE PREÇOS AO COSUMIDOR AMPLO)** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Em caso de celebração de contrato, o adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

- 14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 14.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 14.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 14.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 14.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 14.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 14.6.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 14.7. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 14.7.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 14.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. Preferencialmente na Agência 0857 - Caixa Econômica Federal.
- 14.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 14.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 14.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 14.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (TRINTA) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 14.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 14.14. Será considerada extinta a garantia:
- 14.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 14.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 14.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 14.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

15. GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Resolução 143 CD, de 28 de agosto de 2019 da UFMS a Contratada que, na fase de execução contratual:
- 16.2. **Não celebrar o contrato:**
- 16.2.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato/ata de registro de preços;
- 16.2.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;
- 16.2.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços
- 16.3. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.2.1, 16.2.2, 16.2.3:**
- 16.3.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 04 meses;
- 16.3.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 16.3.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%
- 16.4. **Apresentar documentação falsa:**

- 16.4.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;
- 16.4.2. adulterar documento, público ou particular;
- 16.4.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada
- 16.5. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.4.1, 16.4.2, 16.4.3:**
- 16.5.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 16.5.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 16.5.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;
- 16.6. **Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**
- 16.6.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.
- 16.6.2. deixar de prestar garantia quando exigido.
- 16.7. **Sanções aplicáveis para a conduta 16.6.1:**
- 16.7.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.
- 16.7.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços
- 16.8. **Sanções aplicáveis para a conduta 16.6.2:**
- 16.8.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;
- 16.8.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;
- 16.8.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%
- 16.9. **Falhar na execução do contrato**
- 16.9.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;
- 16.9.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;
- 16.9.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 16.9.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;
- 16.9.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.
- 16.10. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.9.1, 16.9.2, 16.9.3, 16.9.4, 16.9.5:**
- 16.10.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 06 meses;
- 16.10.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;
- 16.10.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;
- 16.11. **Fraudar na execução do contrato**
- 16.11.1. elevar arbitrariamente os preços;
- 16.11.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;

- 16.11.3. entregar um material por outro;
- 16.11.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;
- 16.11.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;
- 16.12. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.11.1, 16.11.2, 16.11.3, 16.11.4, 16.11.5:**
- 16.12.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 16.12.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido
- 16.13. **Comportar-se de modo inidôneo**
- 16.13.1. realizar atos comprovadamente de má- fé ou com dolo;
- 16.13.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;
- 16.13.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;
- 16.13.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;
- 16.14. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.13.1, 16.13.2, 16.13.3, 16.13.4:**
- 16.14.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;
- 16.14.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%
- 16.15. **Cometer fraude fiscal**
- 16.15.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;
- 16.15.2. omitir informações em suas notas fiscais;
- 16.15.3. falsificar ou alterar notas fiscais
- 16.16. **Sanções aplicáveis para as condutas 16.15.1, 16.15.2, 16.15.3:**
- 16.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 16.16.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 16.16.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.17. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.17.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.17.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.17.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.18. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 10520/2002, subsidiariamente a Lei 8.666, de 1993, e Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.19. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 16.19.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.21. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.22. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.23. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.24. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 17.4.1. Valor Global MÁXIMO ACEITÁVEL UFMS: R\$ 792.946,38 (setecentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e seis reais e trinta e oito centavos).
- 17.4.2. Valor Global MÁXIMO ACEITÁVEL IFMS RTR E CAMPUS: R\$ 2.770.133,48 (dois milhões, setecentos e setenta mil, cento e trinta e três reais e quarenta e oito centavos).
- 17.4.3. Valor Global MÁXIMO ACEITÁVEL IFBAIANO - CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA: R\$ 148.271,30 (cento e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e trinta centavos).
- 17.4.4. Valor Global MÁXIMO ACEITÁVEL IFMS CAMPUS DE JARDIM: R\$ 351.207,00 (trezentos e cinquenta e um mil, duzentos e sete reais).
- 17.4.5. Valor Global MÁXIMO ACEITÁVEL IFMS CAMPUS DE DOURADOS: R\$ 331.672,54 (trezentos e trinta e um mil, seiscentos e setenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).
- 17.5. O critério de julgamento da proposta é o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1. O custo total geral estimado da contratação é de R\$ 4.394.230,70 (Quatro Milhões, Trezentos e Noventa e Quatro Mil, Duzentos e Trinta Reais e Setenta Centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

19.2. A ser liberada no decorrer do exercício. PARÁGRAFO 2º DO ARTIGO 7º DECRETO 7892/2013 : § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

20. INFORMAÇÕES GERAIS

20.1. ESTIMATIVA DE CUSTO

20.1.1. Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, fretes, transportes, garantia dos produtos e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

20.1.2. Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela UFMS, esta poderá exigir que a licitante apresente um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

20.1.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

20.1.3.1. Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

20.1.3.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas; Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada; Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

20.1.3.3. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

20.1.3.4. e Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

20.1.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita. Questionamentos sobre a composição / dados técnicos dos produtos a serem licitados deverão ser dirigidas a DISERV/PROADI.

20.2. VIGÊNCIA DA ATA

20.2.1. A Vigência da Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

20.3. EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES:

20.3.1. Deverá a licitante apresentar para cada um dos itens, descrição textual, de modo a facilitar a compreensão das características exigidas. Permitem-se variações de dimensões e desenho segundo o estilo adotado por cada fabricante. As características são as mínimas exigidas devido ao intenso uso.

20.3.2. Na proposta deverá constar o prazo de garantia mínimo estabelecido para o equipamento fixado através de Certificados ou Termos de Garantia no ato de entrega. Na proposta, deverá ainda constar, quanto à garantia: aceitabilidade, podendo ser solicitadas substituições, conforme preceitos estabelecidos no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

20.3.3. Por ocasião da aquisição, no momento da aceitação, o pregoeiro poderá solicitar amostras e/ou catálogos, prospectos ou folders para constatação de cumprimento das exigências editalícias, **sendo que todos deverão estar na língua portuguesa.**

20.3.4. No caso de esgotamento de mercado do material ofertado na ocasião da licitação, ou a adjudicatária estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos SUPERIORES aos ofertados.

20.3.5. Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

20.4. DA AMOSTRA

20.4.1. **Quando e se for o caso**, o pregoeiro poderá solicitar ao fornecedor classificado em primeiro lugar, a amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, **bem como aos demais classificados que firmarem compromisso em atender nas mesmas condições do primeiro colocado, em caso de inadimplência (Incisos I, II, III e parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 11 do Dec 7892/2013)**. A amostra deverá ser entregue diretamente na Gerência de Recursos Materiais – UFMS – Avenida Costa e Silva- prédio das Pró-Reitorias-UFTMS, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS.

20.4.2. A Área Técnica procederá à análise da amostra em conformidade com as especificações constantes do presente Termo de Referência.

20.4.3. O teste a ser realizado aferirá a qualidade do item cotado, observados os seguintes critérios mínimos de aceitabilidade relacionados na especificações do Termo de Referência.

20.4.4. A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.

20.4.5. Caso a amostra da primeira colocada seja reprovada, serão convocadas as propostas remanescentes em ordem de classificação.

20.4.6. As amostras ficarão à disposição da licitante, que deverá retirá-las até o prazo de 20 (vinte) dias.

20.5. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.5.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato e seus Anexos, excluir-se à o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Somente se iniciam vencem os prazos em dias de expediente na UFMS.

20.5.2. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à UFMS, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a UFMS.

20.5.3. Para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preços é competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, subseção de Campo Grande.

21. UNIDADES REQUISITANTES DESTE TERMO

21.1. Unidades requisitantes deste termo de referência: DISERV/PROADI

22. ANEXOS

22.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.1.1. ANEXO I - Estudos Preliminares (SEI nº 4199172).

22.1.2. ANEXO II - Mapa Comparativo de Preços (SEI nº 4302872).

22.1.3. ANEXO III - Documento de formalização de demanda - (SEI nº 4302722).

22.1.4. ANEXO IV - Guia de Contratações Sustentáveis - (SEI nº 4324940).

22.1.5. ANEXO V - Relatório de Pesquisa de Preços - (SEI nº 4325004).

22.1.6. ANEXO VI - Relatório Complementar de Pesquisa de Preços - (SEI nº 4371437).

22.1.7. ANEXO VII - Documentos das UASGS PARTICIPANTES - (SEI nº 4371429, SEI nº 4371430).

22.1.8. ANEXO VIII - Planilhas pós IRP 30/2023 - (SEI nº 4371444).

Campo Grande, MS, 29/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Conde Torres, Diretor(a)**, em 02/10/2023, às 09:49, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4371455** e o código CRC **BD5DD92F**.

DIRETORIA DE SERVIÇOS E LOGÍSTICA

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone: (67)3345-7082

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.026570/2022-81

SEI nº 4371455